

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA AMAZÔNIA PARAENSE: O CASO DO PROJETO MUNDIAR.

Danielly Campos
Universidade Federal do Pará
Brasil
danielly.campos@ymail.com

Gercina Ferreira
Universidade Federal do Pará
Brasil
ferreiragercina@gmail.com

Marta Macedo
Universidade Federal do Pará
Brasil
martamacedo@ufpa.br

Introdução

Relações público-privadas no Brasil ocorrem desde a época da Monarquia quando D. Pedro II alterou a legislação vigente objetivando atrair o setor privado para investir em áreas de infraestrutura, sobretudo as relacionadas as obras ferroviárias (SANTOS, 2017). A partir do regime republicano estas parcerias foram ampliadas para outros setores, inclusive o social como é o caso da instrução pública, aqui analisada com destaque. A partir do século XX, sobretudo com a Constituição Federal de 1988, documento fundante do arcabouço jurídico brasileiro, por meio do setor privado passou a oferecer serviços que o Estado não “podia” garantir a população, por meio do qual as fronteiras entre os dois setores foram sendo dissipadas o que resultou em 1995 na aprovação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado que incentivou as parcerias como necessidade da administração pública para que o Brasil pudesse avançar em termos de resultados quantitativos, fato que passou a submeter a educação a uma lógica gerencial de mercado (VALE, 2017).

Segundo Freitas (2014) a educação, em especial no setor público passou a assumir novos contornos a fim de justificar o gasto do Estado com a área social, na medida em que era apregoada nos discursos oficiais a necessidade de elevar os índices educacionais para compensar os recursos investidos, de modo que as propostas dos empresários foram assumidas como metas de eficácia e eficiência, mensuradas nas avaliações em larga.

A aproximação entre o público e o privado, marcadamente no que concerne às políticas educacionais, se intensificou a partir de 1997 quando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passou a ser vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura e produziu estudos sobre a situação da educação básica brasileira. A partir do cenário apresentado pelo INEP o governo federal e alguns governos estaduais e municipais ampliaram a elaboração e execução de programas e projetos em parceria com instituições privadas a exemplo da Fundação Roberto Marinho (FRM), objetivando promover melhorias nos índices educacionais evidenciados pelo INEP – haja vista que a lógica das empresas privadas, pelo discurso oficial, é considerada eficiente e eficaz.

Considerando essas reflexões iniciais, é possível perceber que a lógica privatista foi se materializando e se consolidando no cenário da educação pública brasileira caracterizando-a “[...] como produto/um serviço e não como um direito de todos” (OLIVEIRA, 2017, p. 64).

O governo do Pará, segundo maior estado em dimensões geográficas do país, não fugiu à lógica nacional e desde o início dos anos 2000 vem incentivando essas parcerias numa crença de que o setor privado é portador de ferramentas mais eficientes quando comparado com o poder público (SANTOS, 2017) e desenvolvendo um modelo de gestão afinado com a ideia de privatização da educação básica por meio de projetos advindos do setor privado.

Desta feita, este trabalho tem por objetivo investigar como se estabeleceu a parceria público-privada no contexto da educação básica pública da Amazônia paraense, por meio da implementação do Projeto Mundiar entre os anos de 2014 a 2019 que fez parte das ações do Pacto pela Educação do Pará e que foi produto da parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA) e a FRM, cujo objetivo era tentar reduzir o índice de distorção idade-ano de alunos com 13 anos ou mais que estivessem aptos a serem matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental e dos alunos a partir de 17 anos que estivessem aptos a cursarem o 1º ano do Ensino Médio.

Para responder a esse objetivo proposto fizemos uso da pesquisa bibliográfica em interlocução com autores como Santos (2017), Freitas (2014), Oliveira (2017) e Vale (2017) para dialogar e apresentar o contexto, tanto brasileiro quanto paraense, de atuação do empresariado na condução da Educação Básica pública. Quanto as fontes utilizadas, lançamos mão de contratos, convênios e leis que garantem a parceria no Pará.

O setor privado na educação do estado do Pará

O estabelecimento de parcerias público-privadas voltadas para o atendimento educacional básico no estado do Pará já vinha sendo firmada por meio de seus representantes legais desde 2010 como é possível constatar no Documento Base do Plano Estadual de Educação aprovado em 02 de junho, por meio da Lei nº 7.441/2010.

Entretanto, somente em 2013 ocorreu o lançamento oficial do Pacto pela Educação do Pará objetivando a melhoria da qualidade da educação básica a partir de ações voltadas para a capacitação de profissionais da educação, melhoria da gestão escolar, da utilização de tecnologias da informação, entre outras consideradas importantes para a educação pública paraense ter mais qualidade.

Convém destacar que a participação legal das instituições privadas junto ao setor público paraense passou a ocorrer por meio da Lei n. 7.649/2012, que dispunha sobre normas gerais para os processos de licitação e de contratação de parcerias público-privadas (PARÁ, 2012); do Decreto n. 713/13, que instituiu o programa das PPPs, entre outros. A esse respeito Vale (2017) destaca que o empresariado na educação básica paraense encontrou terreno propício para a materialização de ações que implicam em toda a organização da escola, seja na compra de materiais e manuais, na forma de gestão ou nas alterações curriculares.

Nesse viés, a privatização da educação paraense não ocorre somente pela transferência direta da gestão para o setor privado, mas a partir de um conjunto de elementos que sujeitam o caráter público educacional a uma racionalidade do mercado e entre as ações desenvolvidas está o Projeto Mundiar que será analisado a seguir.

Mundiar: a racionalidade empresarial na condução da educação básica paraense

Segundo informações do Projeto de Melhoria da Qualidade e Incremento da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará (BR-L1329) a SEDUC-PA na tentativa de resolver problemas de gestão, rendimento, cobertura, infraestrutura e de

fluxo escolar, solicitou ajuda financeira ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o incremento de ações que visavam a melhorar a qualidade da Educação Básica no Pará (PARÁ, 2014d). O resultado foi a elaboração de um projeto que objetivava expandir a qualidade da educação básica paraense para todas as unidades escolares que ofertassem o Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissionalizante.

De acordo com o documento, uma das atividades referia-se ao desenvolvimento de um projeto de correção da distorção idade/ano para alunos do Ensino Fundamental e Médio em escolas estaduais, da capital e do interior do Pará. A este respeito a SEDUC-PA declarou não ter competência e capacidade institucional para implantar e desenvolver projetos em larga escala.

Com essa justificativa, propôs a contratação da tecnologia do “Telecurso” da FRM, para diminuir a distorção idade/ano em alunos com faixa etária condizentes com a proposta do Mundiari, alegando que a metodologia (telessala) utilizada pela Fundação era moderna e já apresentava resultados eficazes em outros estados brasileiros em um curto espaço de tempo.

De acordo com o site oficial da FRM o Telecurso é uma metodologia que busca solucionar os principais desafios da educação brasileira como os baixos resultados de aprendizagem, defasagem idade-série, evasão e repetência. O Telecurso, com formação única de conteúdos e vídeo-aulas já teria sido implementado em vários estados do Brasil por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, prefeituras e governos. Desde então, mais de 1,6 milhão de estudantes já teriam conseguido concluir seus estudos, seja no ensino fundamental ou no médio.

Considerações

O estado do Pará, acompanhando a esfera federal, passou a celebrar parcerias público-privadas objetivando elevar os índices educacionais paraenses sustentando a tese de que as empresas privadas possuiriam os meios necessários para alavancar positivamente os resultados educacionais, a exemplo do projeto Mundiari.

No entanto em nosso entendimento não há como uma proposta criada para atender um determinado contexto resolver problemas com diferentes especificidades e graus de complexidade, em estados diferentes, tendo umas suas próprias dificuldades. Além disso, a nosso ver, a padronização de conteúdos utilizada pelo Telecurso em todos os estados é considerada como um retrocesso na educação.

Por fim consideramos que a parceria entre a FRM e a SEDUC-PA evidencia que a FRM, para além da intenção de “auxiliar” o Estado no combate à distorção idade-ano, representa os interesses de grandes empresas privadas que tratam a educação como produto mercadológico.

Referências

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez., 2014.

OLIVEIRA, N. C. M. A relação público-privada na educação básica brasileira: as implicações do neogerencialismo como modelo de gestão. **Margens**, Abaetetuba, v. 11, n. 16, p. 57-67, jun. 2017.

SANTOS, T.F.A.M. As parcerias público-privadas no contexto educacional amazônico: novas formas para velhas questões. **Revista Margens Interdisciplinar**. Abaetetuba, v. 11, n. 16, p. 9-24, jun. 2017.

VALE, Cassio. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/cassio.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

PARÁ. **Secretaria de Estado de Educação. Edital pregão eletrônico SRP nº 025/2014 - NLIC/SEDUC/BID**. SEDUC, [on-line], 17 jun. 2014d. Disponível em: Acesso em: 10 maio 2018.